



PREVIDÊNCIA SOCIAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

ATA

**229ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL
- CNPS -**

Brasília, 28 de Julho de 2016

Esplanada dos Ministérios |Bloco F| sala 902| Brasília – DF

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS

ATA DA 229ª REUNIÃO ORDINÁRIA do CNPS

DATA: 28 de Julho de 2016

LOCAL: Esplanada dos Ministérios - Ministério da Previdência Social, Anexo F, Sala 902

PRESENCAS

Representantes do Governo

MPS – Marcelo Abi-Ramia Caetano

MPS - Emanuel de Araújo Dantas

INSS - Leonardo de Melo Gadelha

MP - Amarildo Saldanha de Oliveira

IPEA – Rogério Nagamine Costanzi

SRFB – Daniel Belmiro Fontes

MF – Jeferson Luis Bittencourt

Representações dos Aposentados e Pensionistas

COBAP – Marcos Barroso de Oliveira

SINDNAP – Andréa Angerami Correa da Silva Gato

SINTAPI/CUT - Gerson Maia de Carvalho

CSB – Lucio Antonio Bellentani

Representações dos Trabalhadores em Atividade

CTB - Pascoal Carneiro

CONTAG – Evandro José Morello

UGT – Miguel Salaberry Filho

Força Sindical – Antonio Cortez Morais

Representação dos Empregadores

CNI – Rafael Ernesto Kieckbusch

CNT – Jovenilson Alves de Souza

CNM - Sérgio Aureliano Machado da Silva

Convidados

Ubiramar Mendonça – DATAPREV

Guilherme Teixeira – CNF

Saulo Sousa – MF

Célia Medeiros – MPS

Talita Lorena Sousa – MPS

Eli Maria de Lara – SOAD/MPS

Ayrton Martinello - MDSA

Jose Geraldo F. Diniz – SOAD/MPS

Antonio Ferreira – INSS

Alex Mansur Mattos – INSS

Marcelo Soares Alves - INSS

Ausências

MF - Henrique de Campos Meirelles

MPS - Benedito Adalberto Brunca

MF - Caio Guimarães Figueiredo

CONTAG - Engracia Viviane Rodrigues da Silva

CUT - Quintino Marques Severo

CNPA - João Junior Onuki Alves

CNF - Walter Tadeu Pinto de Faria

CNC - Antonio Lisboa

CNA - Rodrigo Hugueneu do Amaral Mello (justificada)

COBAP - Gildo Arquimínio de Carvalho

I – ABERTURA

Presidindo a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPPC) abriu a 229ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS e deu por iniciada a reunião. Ele empossou os novos conselheiros integrantes deste Colegiado, sendo eles: Leonardo de Melo Gadelha, membro titular do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; Rogério Nagamine Costanzi, Membro Suplente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, e Sérgio Aureliano Machado da Silva, Membro Suplente – Confederação Nacional de Municípios - CNM.

II – EXPEDIENTE

O Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPPC) socializou a pauta dos trabalhos definida para essa reunião, a qual foi aprovada pelos conselheiros presentes. A seguir, colocou para aprovação a Ata da 228ª Reunião Ordinária do CNPS, realizada no dia 30 de Junho de 2016. Colocada em processo de votação, a citada Ata foi aprovada por unanimidade dos conselheiros presentes.

III - ORDEM DO DIA

O Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPPC) solicitou autorização do Plenário para fazer a inversão de pauta, logo, “Apresentação da Proposta Orçamentária para 2017 – PLOA2017 - Fundo do Regime Geral – FGRPS, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS”. Este ponto de pauta contou com a participação dos senhores: Jose Geraldo Diniz (SOAD/MPS); Eli Maria de Lara (SOAD/MPS). O Sr. Jose Geraldo Diniz (SOAD/MPS) teve a palavra para a sua exposição. Inicialmente, ele consignou os conceitos da proposta; as Receitas; as Despesas; a Lei Orçamentária Anual – LOA; Estrutura da Lei Orçamentária Anual. Em seguida, ele explicou em pormenores sobre o recurso destinado ao Fundo do Regime Geral da Previdência, logo, FRGPS - 2015 x 2016 x 2017, a Despesa que abrange: Os Benefícios Previdenciários Urbanos e Rurais; COMPREV e Sentenças; o Executado em 2015; a LOA 2016; a PLOA 2017, e a Variação 2016/2017. A seguir, ele detalhou a LOA 2016 e a Proposta orçamentária para 2017; o resumo por grupo de despesa com Pessoal; Benefícios ao Servidor, e Discricionárias. Sobre as despesas discricionárias, ele apresentou: O limite por distribuição com administração direta, o qual tem o valor de R\$ 80.720.000, o INSS tem como proposta limite em 2016 o valor de R\$ 1.476.800.000 e a PREVIC, o montante de R\$ 24.880.000. Ele registrou que o limite a ser executado em

2016 é o mesmo para o ano de 2017. O expositor também socializou os números da necessidade x limite x expansão. Ele também falou dos recursos destinados as principais despesas do INSS; valores para o funcionamento das unidades do INSS. Mostrou a série histórica da DATAPREV desde 2013 até os dias atuais no que se refere ao Faturado X Empenhado x Dívida. Atualmente o INSS tem uma dívida com a DATAPREV no valor de R\$ 422,3 milhões. Também registrou que apesar de o INSS ter o valor de R\$ 1.476.800.000, ele sinaliza uma necessidade adicional de R\$ 2.235.053.279, ou seja, o adicional de 835.053.279 para que assim, possa manter suas agências funcionando normalmente, seus agendamentos e os pagamentos a DATAPREV, além disso, ele enfatizou onde estão as maiores dificuldades em termos orçamentários do INSS. Ainda dentro do assunto em questão, o Sr. Marcelo Soares Alves (INSS) fez o seguinte registro: *“Em que pese a nossa execução em 2015 ficar somente um pouquinho maior no funcionamento quando a gente paga 860 milhões em 2014, só que dentro dessa execução de 2014 e uma das competências de 2014, ela virou para 2015, então nós pagamos na verdade com essa execução de 14 somente 11 competências de 2014. Quando a gente vê 2015 893 quase 894 milhões dentro dessa execução, nós executamos as doze competências de 2015 e mais a competência de 2014 que virou, então demonstra que o INSS em 2015 fez um trabalho austero já na redução dos contratos, digamos assim, numa linguagem mais popular, a gente conseguiu enxugar a gordura que a gente tinha ainda dentro dos contratos operacionais do INSS, porque conseguimos executar 13 competências dentro de um mesmo exercício, apontando para 2016 uma lei orçamentária de 851 milhões em funcionamento operacional do INSS, o que demonstra para a gente uma lei orçamentária tanto a PLOA quanto a lei orçamentária aprovada inferior a execução de 2014, o que já foi insuficiente para executar os contratos dentro daquele exercício, por isso aponta-se uma necessidade, uma proposta orçamentária para 2017 neste patamar, este valor de 1 bi 111, além dos contratos operacionais já vigentes e aí com os reajustes já previstos dentro dos próprios contratos dentro dos índices que são locações e a gente utiliza ou qualquer outro contrato que tenha utilização de mão de obra, você utilizar os índices oficiais do governo, a gente também colocou aqui um crescimento proveniente da publicação da Medida Provisória 739 para a questão dos benefícios auxílio doença, benefícios por incapacidade para se realizar os mutirões e para poder cumprir o que vem previsto dentro da medida provisória, muito provavelmente a gente vai ter que abrir as agências no final de semana e aí esta economia que a gente já tinha feito aqui de*

trocar, substituir postos de vigilância, colocar postos de vigilância com valores menores e substituir a vigilância homem por vigilância eletrônica com a edição da Medida, algumas dessas unidades, elas vão precisar funcionar em final de semana, portanto vamos precisar voltar a alguns desses postos de vigilância para poder atuar e garantir a segurança dentro das unidades de atendimento, por isso este valor um pouco maior proposto para 2017. Dentro da distribuição do limite de um bi e quatrocentos, que foi o referencial monetário que o José Geraldo já colocou para a gente, a gente fez uma distribuição, basicamente uma distribuição linear entre as ações comparado ao que a gente tinha proposto e o limite oferecido, gerando esse déficit para 2017 de 835 milhões. Aqui a gente detalhou qual é a representatividade das despesas dentro do funcionamento para que a gente possa entender quais são os crescimentos que a gente tem a cada ano, para os senhores terem uma ideia, a vigilância hoje dentro das despesas operacionais do INSS, ela ocupa um percentual de 36.26%, então tem que registrar que este valor de 36.26%, ele chega a esse percentual porque a gente colocou este investimento aqui. O que é esse investimento? São aquisições de equipamentos de informática, substituições dos equipamentos que estão diretamente ligados ao atendimento, então a gente tem um parque de informática que já se encontra obsoleto e por isso a necessidade de substituição, por isso que esse percentual da vigilância fica em 36, se a gente tirar o investimento e deixar só as despesas de custeio, este percentual da vigilância, por exemplo, ele sai de 36 e vai para 42%. A cada ano desde 2014 o INSS vem implementando uma política de austeridade e de revisão dos contratos, este percentual ele já foi 47%, então a cada ano a gente vem reduzindo um pouco esse percentual como um desafio para os nossos gerentes, os nossos superintendentes". Continuando o Sr. Jose Geraldo (SOAD/MPS) reafirmou que a Proposta Orçamentária Discricionária encaminhada foi no valor de R\$ 1.476.800.000, contudo há necessidade de R\$ 2.235.053.27. Por fim, agradeceu a oportunidade de estar presente neste Conselho, e se colocou a disposição para quaisquer esclarecimentos. Concluída a apresentação, foi aberta a palavra para considerações do Pleno. Com a palavra, o Sr. Sérgio Aureliano Machado da Silva (CNM) solicitou esclarecimento a respeito das despesas, especialmente ao caso da PREVIC que aparece com uma despesa de fiscalização de 7 milhões. Também externou a sua preocupação com relação a dívida previdenciária dos municípios. Na sequência foi a vez do Sr. Evandro José Morello (CONTAG) fazer uso da palavra, momento em que fez dois registros para reflexão, a saber: i) Atendimentos dados

pelas agências do INSS na ponta, além da questão de infraestrutura, e há também a questão de pessoal, o que gera uma incerteza sobre a manutenção da qualidade do atendimento nas agências do INSS, exemplo: no Norte do país existiu o PrevBarco, não tem nenhum funcionando mais; o sistema móvel de atendimento não tem mais nada funcionando, assim sendo, e no seu ponto de vista a situação é dramática. O segundo registro refere-se a DATAPREV, ele foi contundente ao afirmar que esse Conselho precisa adotar algumas medidas, objetivando encontrar mecanismos para solucionar a questão do INSS com a DATAPREV, visto que, o INSS tem projetos importantíssimos com ela e que estão paralisados, os quais poderiam ajudar muito em diversas questões e, assim, melhorar cada vez mais o sistema de gestão da Previdência. Por fim, ele disse que sente a ausência de uma apresentação que detalhe o assunto arrecadatório, quer dizer, qual é a projeção que se arrecada? Em sua opinião o processo arrecadatório deve ser socializado, pois tem questões essenciais para a sociedade de poder discutir e ajudar ao próprio governo a achar rumos para isso. Finalmente, ele disse que já que o INSS, a DATAPREV e a PREVIC tem fonte de arrecadação específica, tudo isso deveria vir a compor como é que está o processo orçamentário de modo geral e do ponto de vista arrecadatório e, assim, se ter uma visão geral da situação, pois a questão orçamentária é o aprimoramento e nessa discussão posta, a forma como se faz a parte arrecadatória é cega para sociedade civil, porque não permite ter o conhecimento do que é arrecadado, e muito menos como que vai se gastar esse dinheiro adequadamente. A seguir, teve a palavra o Sr. Gerson Maia de Carvalho, representante da SINTAPI/CUT, que na oportunidade, deu as boas vindas aos novos conselheiros e, na sequência falou sobre: Medida Provisória 739; Reabilitação profissional, esta deve ser iniciada tão logo o segurado tenha recebido o laudo de sua incapacidade laboral, entretanto é imprescindível ter equipe capacitada e suficiente para reabilitar em torno de 30 mil pessoas profissionalmente. A seguir, foi a vez do Sr. Antonio Cortez Morais (Força Sindical), este após saudar os presentes, externou sua preocupação em relação ao orçamento colocado. Disse que há diferença entre o possível e o pretendido como ideal tem muita distância e não foi apontado, talvez até por impossibilidade, e ainda citou que não foram apontados os mecanismos que poderiam ou que poderão ser usados para se aproximar ou se atingir o ideal. Se o Conselho aprovar esse orçamento com essa interrogação enorme e quando esse orçamento chegar à instância aonde ele é efetivamente vai ser debatido, qual é a percepção que vai ficar para a sociedade, sabendo que o Conselho de alguma forma

aprovou. Na continuidade, o Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch (CNI) fez o seguinte pronunciamento: *“A proposta orçamentária, eu acho que isso é um pouco reflexo, não só aqui do nosso papel do CNPS, mas a complexidade de que se tornou o Estado brasileiro, eu acho que os exemplos que eu trago de outros órgãos, de outras autarquias, infelizmente uma percepção, e eu como brasileiro trago, olhando para a estrutura do Estado onde há umas séries de questões que foram feitos muitos remendos no passado, foram buscando ajustes aqui, conserta aqui, põe um ponto aqui e falta uma vírgula ali e começa a gerar alguns percalços no meio do caminho, e em um dado momento essa conta chega, em um dado momento esse batimento precisa ser feito. Eu acredito que algumas áreas do governo no Brasil como um todo é um reflexo de vários anos, várias décadas de funcionamento, recentemente terminei de ler o livro 1808, fazia tempo que estava na minha lista de prioridades para ler e aí você começa a ler o livro, você percebe que algumas coisas de lá para cá não mudaram, então tem algumas características de como somos brasileiros, tem algumas características que permanecem de lá até os dias de hoje, mas eu acho que hoje, acho que o debate nesse Conselho, olhando para esse orçamento é um pouco difícil a gente dizer o seguinte: Olha, vamos aprovar isso com tranquilidade, porque obviamente há variáveis complexas, há uma séries de decisões que tem que ser tomadas pelos membros aqui das instâncias envolvidas que é uma decisão diária, é um gestor, ele tem que atender uma certa necessidade, tem que cumprir aquela obrigação legal e de alguma forma tem que achar o dinheiro para isso ou precisa por isso em funcionamento, então isso aqui eu diria que é uma luta diária de todos, de nós aqui, de todos os servidores, de toda a estrutura de comando do país e que executa trabalhar isso da melhor forma possível e eu diria assim como sugestão, eu acho que é algo que a gente precisa repensar alguns modelos, algumas adoções e o que tem sido feito, não só aqui na estrutura que cabe ao CNPS, mas algumas questões do Brasil também. Eu falo isso como brasileiro que olha e que quer ver o país melhorar, quero ver essa estrutura do país crescer, se desenvolver, quero repassar isso para os meus filhos. Olha, é o país que você nasceu, é o país que você está vivendo. Da minha parte eu quero deixar para ele uma instância melhor. Eu acho que nós temos um desafio de entender um pouco a estrutura do orçamento e aos poucos trazer algumas práticas, seja da iniciativa privada, seja ela de outros órgãos, de outras estruturas da melhor forma de fazer a gestão, porque nós passamos durante muitos anos acostumados que a receita entra de um jeito, a despesa, sei lá alguém dá um jeito de achar o dinheiro. Eu tenho esse orçamento aqui e*

dá um jeito de gastar, quer dizer, isso foi uma cultura durante muitos anos, está aqui esse dinheiro, mas se você não gastar esse dinheiro nesse ano, no ano que vem não o tem e como é que você toma como gestor público uma melhor decisão, empurrando essa pressão. Sobrou esse caixa aqui, execute e às vezes toma a decisão: Vamos começar esses 10% aqui e depois a gente dá um jeito e aí fica o país que nós temos hoje, com as obras inacabadas, os esqueletos, umas estruturas que não são otimizadas, mas eu olho para esse orçamento e vejo o trabalho aqui do INSS, da DATAPREV e de outros órgãos vinculados o esforço que faz para poder executar e eu como representante aqui da entidade da CNI, setor industrial, vou cobrar a melhor utilização possível desse recurso. Eu acho que nós temos um conjunto de desafios no país a melhorar. Um tema que eu tenho acompanhado que está em pauta aqui, o eSocial, é algo que me preocupa já alguns anos que estou nesse Conselho. Existe uma pressão grande aqui no colega da DATAPREV que parte do Sistema de Informações tem que estar preparado para receber o eSocial, dando só um exemplo, é uma oportunidade de melhoria, é uma oportunidade de poder remodelar muitos processos internos do governo, trabalhar de forma conjunta com as empresas e tem atenção também com alguns detalhes, às vezes a gente gasta dinheiro, tempo, recurso com coisas completamente inúteis, e aí eu coloco aqui não como um desafio, mas algo para ser pensado que a otimização da despesa também parte de um melhor fluxo de informações do que acontece no INSS com as empresas e exemplos de algumas decisões que são tomadas geram reflexos, uma delas é até hoje não aparecer nos extratos dos benefícios que são informados as empresas, o CID dos benefícios acidentários, a lei 8.213, 8.212 garantem o direito contraditório e o estado não fornece essa informação ao empregador. O que, que o empregador precisa fazer? Entrar na justiça ou ir duzentas vezes numa gerência executiva do INSS pedir essa informação ou mandar um médico da empresa para obter isso e fica cada agência tomando decisão isolada até que se judicialize, se judicializa uma ação dessa tem alguns reflexos, o primeiro, se é acidentário, ao empregador cabe o recolhimento do FGTS e das contribuições previdenciárias, muitas vezes o empregador não sabe dessa informação, porque a perícia médica do INSS fez o papel dela, fez a avaliação e tomou uma decisão, só que essa informação não volta para o empregador e no que voltar para o empregador, você gerou duas despesas, da empresa e do estado, porque a empresa com certeza vai fazer o que disse? Vai entrar com uma ação e depositar em juízo, ações contra o FAP, contra o RAT. Eu suspeito que tenha alguns bilhões de reais presos em depósitos na

justiça, pois é um dinheiro que não está disponível ao estado por uma questão de fluxo de informação de você ter o processo, então quando eu olho aqui a questão do orçamento e investimentos, o que me preocupa é que nós estamos deixando de fazer parte desses investimentos, estruturas de melhorias de TI, de processo, de capacitação para tentar manter a máquina funcionando minimamente, essa conta vai chegar lá na frente, e aí indiretamente nós estamos gerando outras despesas. Previdência para o empregador é um valor expressivo, porque a Previdência para o empregador acontece dois fatos, um é o valor que ele recolhe e o outro é o valor que ele repassa, porque uma parcela da parte da Previdência é retida da folha de salário de todos os empregados, mas o responsável pelo recolhimento, pelo repasse desse valor é o empregador, repassa-se tranquilamente 400, 500 bilhões de reais por ano para as folhas de pagamento para o estado, isso não é pouco. Qualquer falha nesse processo deixa o empregador apavorado e aí a gente vai para situações mais esdrúxulas do nosso estado que a gente não está resolvendo até hoje e eu vou dar um exemplo do e-social, qual é a regra de arredondamento da terceira casa decimal? Parece uma coisa idiota, mas se a empresa optar por um critério e isso não está claro, tem empresas que no começo do ano foram multadas pelos órgãos de fiscalização com dois milhões de reais porque não adotaram o critério correto de arredondamento e qual era o critério do arredondamento da terceira casa decimal? Isso vai ter reflexo no recolhimento. SAT – Seguro Acidente de Trabalho tem o potencial de arrecadação desse ano de 27 bilhões, isso tem reflexo, então quando fala, por exemplo, aqui de um processo de auxílio doença, existe uma despesa para o estado obviamente, existe uma responsabilidade do empregador, o empregador quer cumprir essa responsabilidade, mas isso se a gente melhora a relação é menos uma atribuição da equipe de funcionários do INSS com coisas que não deveriam estar sendo passado hoje, porque que um empregador tem que mandar 200 pedidos para a agência, me dá essa informação aqui que a lei 8.213 diz que você tem que repassar para mim e aí o que acontece? Vai para o Conselho de Recursos do Seguro Social mais uma parte do estado movimentado, mais uma parte do empregador é movimentado e a gente gasta milhões com isso, a gente não otimiza a estrutura. Eu acho que dessa estrutura que a gente olha aqui da gestão do INSS, tem uma estrutura muito interessante, eu acho que é um dos poucos, vamos pensar o INSS como uma empresa e aí coloca o governo e o estado, que empresa? Que organismo do país consegue saber exatamente quantas pessoas estão na agência naquele momento? Isso não é algo simples de obter e o INSS tem, ele sabe

quanto que é atendido por dia. Você vai num painel da agência do INSS está ali quantos atendimentos, o que, que aconteceu; quem está; quanto tempo? Isso como informação para a gestão é fantástico e a gente não pode perder isso, temos que otimizar esse processo. Eu acho que o investimento que me preocupa aqui do orçamento de toda aprovação a gente não está dando a devida atenção como país a melhoria dos processos, acho que a questão da DATAPREV e outros órgãos vinculados é fundamental que a gente tenha uma atenção a isso, porque senão fica uma situação meio esquisita, se o INSS não investe, a DATAPREV não faz, o INSS não executa e ficam os dois meio correndo um atrás do outro e daqui a pouco os dois vão morrer afogados, isso não é possível e quem que sai perdendo? O país. Milhões de trabalhadores envolvidos; milhões de empresas envolvidas, bilhões de reais em jogo, porque isso aqui custa dinheiro. Toda vez que a empresa tem que movimentar uma ação na justiça é uma despesa, e aí você tem que alocar equipe da perícia médica do INSS de repente para fazer um laudo contra uma decisão que a empresa entrou e essa empresa está pedindo àquela informação que não foi obtida, a Receita Federal aquilo que passa de arrecadação aqui também tem que ser envolvida e aí está sendo envolvida em ações judiciais ao invés de estar fazendo o papel dela de otimizar o recurso, arrecadar e fiscalizar. Aqui não é de interesse do empregador que as empresas deixem de recolher, a maior preocupação do empregador hoje, a preocupação número um dele é pagar certo, porque ele não quer pagar duas vezes, quando ele não sabe qual é a regra de arredondamento para a terceira casa decimal, não consegue obter informação de que trabalhador aparentemente saiu com auxílio doença previdenciário e no meio do caminho houve a constatação que foi acidentária, por exemplo, isso não pode levar 4, 5 meses para voltar essa informação, porque o empregador vai fazer o seguinte, como é que eu vou retificar isso aqui na folha? Vou ter que recolher para trás FGTS, mas eu pago a multa disso? Mas o estado não me deu essa informação? E o que, que eu faço? Judicializo, pois é a única saída que tem, porque o estado não deu essa informação, como muitas vezes os formulários de informações para se repassar ao INSS, o empregador também não repassa de forma adequada. Eu acho que hoje uma CAT eletrônica tem tudo para ser melhorado esse processo de gestão. Temos várias situações postas na mesa para melhorar e a gente otimizar essas informações que impactam diretamente nesse orçamento, tem que melhorar a estrutura, então assim, o que eu deixo aqui de recomendação, acho que o orçamento aqui é uma proposta da estrutura dentro do que é possível ser executado, eu

acho que cabe buscar mais orçamento daquilo que realmente é necessário; ter um voto de confiança na estrutura dos órgãos da melhor execução possível, porque aqui ninguém está fazendo nenhuma maldade, nenhum processo fora, pois todo mundo é responsável, pois tem muitos CPFs vinculados a isso aqui e a gente tem muito órgão de controle também, agora, acho que qual o papel futuro do INSS, da estrutura? Que outros órgãos a gente pode utilizar? Que outras estruturas a gente pode melhorar? O que, que a gente pode juntar? O que, que a gente pode separar? Isso em termos operacionais. Em termos de orçamento, eu acho que melhorar o nosso sistema tributário para que a Receita fique clara, assim, a gente arrecada da empresa, manda para uma DARF da vida, ajeita na DIRF da empresa, paga tanto e não se tem a menor ideia aonde que esse dinheiro foi parar. Eu como brasileiro quero entender, pois é o meu imposto, quando eu faço o meu ajuste anual de renda eu vejo quanto é que eu pago; vou ao supermercado e vejo a nota fiscal e vejo quanto é que pago. Eu como brasileiro quero isso melhor aplicado e quando a gente olha esse orçamento, temos esse voto, temos como avançar, mas deixo aqui algo de a gente repensar melhor a estrutura do estado e das séries de ferramentas que estão sendo colocadas. O Daniel Belmiro acabou de chegar aqui, e está com uma dessas ferramentas na mão, que é o eSocial e a gente tem como avançar, tem como as empresas fazer a parte delas, mas o Estado deve fazer a parte dele também". O Sr. Marcos Barroso de Oliveira (COBAP) registrou ser indispensável fazer uma análise melhor do orçamento, de modo a permitir ter uma visão das receitas, fazer uma análise mais crítica e mais apurada, objetivando ter clareza de toda a receita e de que forma ela foi aplicada no ano anterior, e ainda, de que forma está sendo prevista para o ano subsequente. Externou ainda, a sua preocupação com algumas medidas que estão sendo tomadas com relação ao número das demandas judiciais, o ajuste de orçamento por conta da realização de novas perícias. Os mutirões também merecem uma atenção especial, ou seja, de que forma efetivamente essas perícias vão ser realizadas? Essas perícias vão ser realizadas com a intenção ou pelo menos com aquela preocupação em poder diminuir o número de benefícios para se reduzir custos, e isso não gera uma consequência de demandas judiciais? Solicitando a palavra, o Sr. Pascoal Carneiro (CTB) deu as boas vindas aos conselheiros empossados nessa data. Ele registrou o seu agradecimento a equipe técnica do quadro de funcionários do INSS e da Previdência que fez todo esse esforço em apresentar o orçamento a sociedade brasileira ressaltando que o governo tem sorte de ter grandes técnicos capacitados e com condições de apresentar

a proposta ora colocada, contudo, ele percebe uma dificuldade desde 2008, isto é, com a aprovação da Constituição Federal de 88, ela não separa, não segrega, ela fala em Seguridade Social, entretanto é preciso ter mais critérios no orçamento desse, deveria ter o Conselho da Seguridade Social que aprovasse um orçamento e esse orçamento fosse depois destrinchado nos Conselhos próprios de cada um desses entes, um exemplo, se houvesse um orçamento da Seguridade Social que permitisse ter um espelho e tirar a parte que é de responsabilidade do INSS, com certeza haveria mais tranquilidade para se aprovar a proposta em questão, porém, isso não ocorre, porque desde 88 entra governo, sai governo e a prática é a mesma, não muda, por outro lado, como é que se pode aprovar um orçamento que ele já vem entre si com dois critérios, um do critério técnico do que é necessário e outro do que o governo diz que ele vai liberar. A seguir, ele deixou o seguinte questionamento para reflexão: “Qual é a capacidade de arrecadação que se tem com essa proposta”? Em sua opinião, não há nenhuma. O orçamento deveria explicitar a previsão de qual a sonegação que tem na Previdência, uma vez que há sonegação de todos os lados, das grandes empresas, das empresas que faliram, portanto o Brasil tem um problema sério de sonegação e que virou uma bola de neve, isso tudo deveria entrar nessa proposta e, assim, os membros deste Colegiado ter condições de votar uma proposta orçamentária que retrate a verdadeira situação econômica do INSS. No uso da palavra, a Sra. Andrea Angerami Correa da Silva Gato (SINDNAPI) colocou algumas preocupações já postas no ano de 2015, quais sejam: as informações sobre o orçamento chegam encima da hora, não permitindo uma melhor análise, já que ela é leiga no assunto, em sua opinião, a matéria in loco deveria ter um tempo para que pudesse ser apreciado na base; a fragilidade no atendimento das agências do INSS; Qual a possibilidade de ampliação dos recursos ora colocados? Novamente com a palavra, o Sr. Evandro José Morello (CONTAG) disse ser necessário aprimorar o processo orçamentário, já que a gestão é um processo contínuo e também de melhoramento, não há dúvidas que a Previdência Social é, sobretudo, o órgão que executa o INSS teve avanços importantes nos últimos anos no aprimoramento da gestão, mas há muito que fazer ainda, e esse Conselho tem que olhar isso com muita atenção e de forma permanente toda a sua base arrecadatária dessa questão do endividamento que está posto hoje, porque é algo que interessa a sociedade de um modo geral e esse Pleno tem responsabilidade para isso de discutir e tentar apontar rumos para essas questões. É preciso ser mais transparente o processo interno de gestão do INSS, discutir um pouco

esse processo do endividamento da questão orçamentária, e esse Conselho pode dar grandes contribuições para um processo de aprimoramento. Outrossim, é preciso ter um olhar especial nas pautas futuras deste Conselho. O Sr. Ubiramar Mendonça (DATAPREV) fez o seguinte registro: *“Eu gostaria de fazer um comentário aqui sem nenhuma visão de um funcionário da DATAPREV, mas efetivamente como um funcionário que estou a 30 anos na Previdência. Se a gente olhar para a história da Previdência, essa questão do investimento, essa questão do orçamento, mas principalmente na questão do investimento, da melhoria da qualidade e prestação de serviços ao cidadão efetivamente, eu acho que tem uma linha de corte muito clara na história, que é 2005. Em 2005, a Previdência Social tomou uma decisão política e, em minha opinião enquanto cidadão, enquanto se toma uma decisão política, se acha uma solução técnica para qualquer alternativa que se venha ter. muitas vezes, essa decisão, ela está agregada ao orçamento, a dinheiro sem dúvida nenhuma, e a tecnologia da informação é uma coisa que eu sempre digo, é uma coisa cara, não é coisa para pobre, ela vem agregado a um valor monetário muito significativo, mas se nós olharmos para a linha de corte de 2005, a Previdência Social passou a ter a responsabilidade de algumas coisas muito importantes, na qualidade de atendimento ao cidadão, no extermínio das filas efetivamente, naquele temor que era o cidadão estar na fila efetivamente ou inversão do ônus da prova, o estado brasileiro passou a ter responsabilidade de ter informação do cidadão, e não o contrário. Eu lembro quando eu entrei aqui para a gente chegar: “Muito prazer. Quem é você? Ah, eu sou Ubiramar Mendonça. Ah é! Prove que você é Ubiramar Mendonça. O que, que você quer aqui? Eu quero me aposentar. Prove que o que você fez para você se aposentar. Quanto é que eu vou ganhar? Prove o quanto você ganhou”. E hoje essa estrutura é completamente diferenciada. A gente tem que olhar para o tempo e dizer o seguinte: O que era o INSS e o que é o INSS em minha opinião no marco de 2005? Especificamente a DATAPREV, como diz o Rafael, nós somos coirmão efetivamente, a DATAPREV é uma empresa da Previdência, 51% das ações da DATAPREV são do governo federal; 49% são do INSS, portanto a DATAPREV, ela não faz nada que não seja sob a orientação da gestão do governo como um todo e para isso, se nós olharmos para 2013 e o Evandro perguntou da dívida ativa, nós efetivamente fomos acertados na dívida em 2013, a qualidade do serviço prestado ao cidadão foi muito em função de uma decisão política do governo de não cercear recursos para a DATAPREV, efetivamente entendeu-se em 2005 que a DATAPREV era um braço extremamente importante no sentido da*

melhoria da qualidade de vida não para o INSS, não para a burocracia do serviço público, mas sim, para quem mais precisava que era o cidadão que estava lá na ponta e a qualidade do serviço prestado tendeu-se a isso. Se a gente olhar de 2013 para cá quando essa dívida começou a ter a qualidade dos serviços prestados, caiu, mas caiu muito em função do não investimento, o não investimento na área de tecnologia do governo propicia uma queda da qualidade do atendimento do INSS ao cidadão que depende dessa tecnologia, então efetivamente nessa discussão inteira terá que se levar sempre em consideração que a tecnologia não é uma questão por si só, não é um gasto, é um investimento na qualidade do serviço prestado a população que mais interessa a Previdência, que são os pobres, se nós olharmos para o 32.8 milhões de aposentados hoje, aproximadamente 26 milhões ganham um salário mínimo que para nós que estamos nessa mesa aqui não significa nada, para um conjunto enorme da sociedade brasileira significa uma sustentabilidade de um conjunto de famílias. Há muito pouco tempo atrás nesse país ter um velho em casa aposentado é um peso; ter um velho em casa hoje aposentado, principalmente no interior é uma benéfica hoje para uma família brasileira e para isso a tecnologia da informação, ela tem que estar disponível e atualizada para que nós possamos agregar valor a isso, então eu gostaria muito mais de ressaltar isso enquanto cidadão efetivamente da importância da tecnologia, seja ela da DATAPREV, ou seja, ela de qualquer instituição pública, no sentido de dar subsídio ao INSS, aos estados, aos municípios, aos regimes próprios para que nós possamos efetivamente ter um controle efetivo na mão, entender que investimento em tecnologia é investimento, não é gasto, portanto vou ressaltar o tanto que é importante que nós possamos adequar essas dívidas com a DATAPREV e, assim, possamos voltar a ter investimento na área de tecnologia de forma a não termos um retrocesso na questão do atendimento ao cidadão brasileiro”. Concluído o debate, o Sr. Leonardo de Melo Gadelha, Presidente do INSS registrou os seguintes esclarecimentos: “Quero uma vez mais saudar a todos os companheiros, dizer que fiz vários apontamentos para as considerações, algumas de natureza fática, objetiva, outras de natureza conceitual, vou procurar adereçá-las todas da maneira mais sucinta possível. Em primeiro lugar, eu acho que o INSS precisa ser visto a partir do ângulo de que ele é vítima do seu próprio gigantismo. Ele é para a grande parcela da sociedade brasileira, não é um nactu do estado, ele é o próprio estado, para a grande parcela da sociedade brasileira, o INSS equivale ao estado brasileiro e a partir dessa consideração a gente precisa entender as dinâmicas internas, as necessidades de

caixa, e também as complexidades no atendimento ao nosso cidadão. O primeiro dos apontamentos foi feito pelo Evandro e diz certeza a incerteza com relação a qualidade do atendimento no futuro do INSS, talvez em um futuro não muito distante, mas no futuro talvez do próximo exercício, eu quero dizer que evidentemente todo e qualquer órgão, especialmente um órgão com essa dimensão, precisará sempre de mais recursos para incorporar novas tecnologias, para poder trazer novos funcionários ao seu corpo funcional, para poder fazer capacitação desse mesmo corpo, tudo isso será sempre muito bem vindo, mas nós também temos que aprender a nos cozinhar nas nossas próprias banhas, pois é um momento de restrição fiscal severo que é de conhecimento de todos os brasileiros, que não agrada a direção do INSS, nós gostaríamos de contar com recursos muito mais vultosos do que poderemos contar. Quero dizer que farei uma exortação pela aprovação dessa proposta de orçamento, mas que não me darei por satisfeito, vou procurar o Planejamento, vou procurar a Casa Civil para que a gente faça um reforço, e antecipando um questionamento que foi feito pela representante da Força Sindical. Quero dizer no que tange ao processo legislativo até o momento em que o Congresso Nacional efetivamente faz aprovação da peça orçamentária é possível a negociação, cabe negociação e a gente vai buscar em todas essas instâncias incrementar os recursos que cabem ao INSS, especialmente no que diz respeito a incorporação dessas novas tecnologias e aí eu já adereço a questão da DATAPREV, e eu não vou sucumbir a tentação cínica de dizer que devemos reconhecer o débito, que devemos e que um dia pagaremos, essa vai ser uma obsessão do INSS, agora, talvez esse seja um desafio até menos dramático do que ele aparenta ser no início, porque há uma exação que pode ser feito, é o encontro de contas que pode ser feito, existem dividendos que a DATAPREV deve a União e que podem ser construídos conjuntamente, então essa exação é possível, talvez esse débito seja mais facilmente solucionado do que ele aparenta num primeiro instante, mas eu quero reiterar que há uma importância estratégica da DATAPREV para solucionar esses problemas no atendimento na ponta, inclusive ao longo desse próximo semestre, segundo semestre de 2016 várias soluções que estão no forno, que estão sendo gestadas vão vir ao conhecimento do público e eu tenho certeza que vão nos ajudar Evandro, na solução dessa questão que você levanta, a preocupação com relação ao atendimento, pois a partir do momento que eu oferte soluções tecnológicas que permitam o acesso remoto ao serviço que o INSS presta, certamente eu vou descomprimir o serviço dentro da agência, essa é uma preocupação, inclusive aí é outra

discussão do ponto de vista conceitual que eu já iniciei, eu acho que o futuro do INSS é muito remoto, o INSS no futuro vai prestar serviços de forma remota na maior parte das vezes, mas haverá um limite sociológico que a gente vai precisar impor em determinada instância, em determinado momento o cidadão quer ter um contato presencial com o órgão que representa o estado para ele, então até isso é um começo de discussão que a gente precisa fazer aqui, porque eu não tenho dúvida de que o futuro do INSS passa pela incorporação dessas tecnologias e pelo oferecimento desses serviços de maneira remota, de forma que no futuro esse déficit crônico de funcionários que existe hoje, não seja algo tão problemático para a gestão do próprio órgão. O Amarildo fala dessa margem para ampliação que é restrita, eu quero reiterar isso que buscarei em todas as instâncias a ampliação dessa nossa proposta orçamentária, acho que isso é vital para que a gente ofereça um serviço de qualidade e, assim, a gente continue honrando os nossos compromissos com a DATAPREV e para que a gente continue incorporando essas novas tecnologias. O Gerson faz considerações acerca da MP 739, e eu sei que essas considerações e essas preocupações estão espalhadas hoje no seio da sociedade, portanto é importante que a gente as enfrente aqui. Em primeiro lugar eu quero dizer que o objetivo da MP 739, não é de promover uma caça às bruxas, muito pelo contrário, o objetivo da MP 739, eu poderia dividir em três grandes vertentes. Em primeiro lugar: Limpar o nosso cadastro e como que a gente limpa o cadastro? Há situações em que há beneficiários, por exemplo, de auxílio doença que ao passar pela nova perícia, passarão a ser beneficiários de uma aposentadoria por invalidez, esse cidadão, esse beneficiário não terá mais condições de ser reincorporado ao mercado de trabalho, e talvez até certamente nós encontremos casos em que essas pessoas já têm idade para se aposentar pela regra 85/95, então nós vamos inicialmente limpar o cadastro, que já é um grande benefício para nós do INSS. O segundo objetivo é tentar mitigar a incidência de fraudes, existem fraudes, o grosso, a maioria absoluta desses beneficiários são cidadãos que trabalharam e que contribuíram com o processo de desenvolvimento do país e deram o seu melhor pela nação, mas infelizmente no bojo de um grupo grande de brasileiros que merecem esses benefícios, existem também aqueles que são fraudadores, e nós precisamos identificar esses fraudadores, então o segundo grande objetivo da MP é justamente esse e o terceiro que vai ao encontro do interesse do beneficiário, do segurado é o de lhe dar segurança, a partir do momento em que nós cumprimos a lei, porque a MP 739 é preciso se lembrar que ela está cumprindo um dispositivo legal que

nos obriga a fazer essa revisão de dois em dois anos, e isso não vinha sendo feito, a partir do momento que nós cumprimos a lei, nós damos também segurança para esse nosso beneficiário. Com relação à reabilitação profissional, eu concordo gênero, número e grau, acho que os números ostentados pelo INSS hoje são decepcionantes, quando a gente fala de conseguir reabilitar 16 mil pessoas no ano, faz o investimento que é feito, eu reconheço que esse é um número decepcionante, e essa é uma construção que a gente precisa fazer com as entidades de classe, com as entidades patronais e com aqueles que representam os funcionários. Como nós vamos encontrar novos mecanismos para fazer essa requalificação? Essa requalificação nem sempre é só do ponto de vista da perda da funcionalidade, mas também da adaptação para novas demandas do mercado de trabalho, portanto precisamos encontrar essas soluções conjuntamente, mas o INSS reconhece e faz uma meia culpa aqui, e acho que os nossos números são realmente decepcionantes nesse tocante. Outro tópico elencado: Diz respeito ao risco que nós percamos nos próximos anos grande parte da nossa força de trabalho, efetivamente existe um contingente muito grande de funcionários do INSS em abono de permanência e isso está no nosso radar, nós temos uma restrição imposta pelo LDO no que diz respeito a realização de novos concursos no horizonte de tempo muito curto, mas efetivamente no caso um pouco mais longo esse tema precisará estar sob a mesa, porque a gente vai precisar repor essa força de trabalho sem que haja solução de continuidade, sem que haja um gap onde a gente perca a memória do trabalho que vem sendo desenvolvido e a gente precise recomeçar tudo de novo, mas essa demanda inicial sem que a gente precise começar de novo, mas essa demanda é uma demanda premente e está sendo apresentada ao Planejamento, está sempre sendo apresentada a Casa Civil, a gente entende esse momento de restrição fiscal, a gente entende que esse é um dispositivo da LDO para esse ano, mas tão logo seja possível realizaremos esses novos concursos. Cortez fala da distância do ideal e do autorizado e é justamente isso Cortez quando a gente fala, e eu vou me valer e me apropriar de um termo que é próprio da iniciativa privada que se chama “orçamento base zero”, talvez isso aqui seja o mínimo possível com o qual a gente não deixaria de funcionar, a partir desse orçamento base zero a gente tem a obrigação de lutar pela incrementação e é isso que eu vou fazer em todas as instâncias onde for possível efetuar esse diálogo, junto ao Planejamento, junto a Casa Civil, junto ao Congresso Nacional que efetivamente dá a última palavra da confecção da peça orçamentária. Eu quero dizer que sou muito otimista, foi muito dito aqui da

necessidade de a gente dialogar com outros órgãos, tanto na esfera da administração pública quanto da sociedade civil organizada. Eu estou muito otimista em relação ao que vai acontecer nos próximos anos a partir da lei do acesso aos dados. Ontem mesmo eu fui convocado pelo presidente TSE que quer fazer uma troca dos nossos bancos de dados, o TSE já tem 4 milhões de brasileiros com reconhecimento biométrico realizado a partir da digital, eles tem 145 milhões de eleitores aptos, vão chegar a esse número num horizonte não muito distante, nós temos um cadastro gigantesco do CNIS, a partir do momento que a gente fizer esse batimento, eu tenho certeza também que a gente vai mitigar muito a incidência de fraudes, a ocorrência de impropriedade das nossas folhas de pagamento. O Marcos também fez uma consideração acerca da MP 739 de como vai ser a operacionalização dessa MP e você fez uma colocação muito pertinente que diz respeito aos benefícios oriundos da ação judicial, não por acaso isso ainda é oficioso, porque a Portaria Interministerial não foi ainda divulgada, e depois da Portaria Interministerial, nós vamos ter o nosso próprio normativo interno, mas o primeiro fluxo de perícia será justamente incidente sobre os benefícios de origem judicial, justamente para que a gente não gere uma nova corrida e para que a gente consiga separar o joio do trigo nessas concessões que foram feitas pela justiça brasileira ao longo desses últimos anos. Eu quero dizer por fim, que esse equilíbrio que foi levantado por muitos entre a efetividade do gasto público, que é papel da burocracia, a burocracia entendida na melhor forma possível e a sensibilidade que o gestor e que todos os funcionários públicos precisam ter para os anseios sociais será uma marca da gestão do INSS como eu tenho certeza que será também a marca do governo do presidente Temer, portanto eu quero assegurar que sempre haverá um equilíbrio e sempre estará sendo ponderado, pois é obrigação nossa buscar eficácia entre a efetividade da aplicação do dinheiro público, mas também é obrigação nossa como cidadão, eu não posso nunca esquecer da minha dimensão humana, e como determinação deste governo de buscar fazer o equilíbrio entre os interesses da administração e os interesses da sociedade". Ainda sobre a matéria em questão, o Sr. Jeferson Luis Bittencourt (MF) fez uso da palavra e, após contextualizar a questão macro do orçamento, ele sugeriu que esse Conselho avalie a possibilidade de ter em reuniões futuras uma apresentação e/ou discussão sobre o processo orçamentário, de forma a permitir um melhor entendimento no que está inserido no processo orçamentário. As dúvidas foram esclarecidas pelo Sr. Amarildo Saldanha (MP) e o Sr. Leonardo de Melo Gadelha (INSS). Após amplo debate, o Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPPC) registrou

que o projeto de orçamento em discussão, ele se refere as despesas discricionárias, por exemplo, os benefícios previdenciários, aposentadorias, pensões, Comprev, sentença judicial, gastos com pagamentos de salários dos servidores, assim sendo, não está em margem a discussão de qualquer limite que isso não venha a ser cumprido, dessa forma, aposentadoria, pensão, salários dos servidores, isso tudo está dentro da discussão toda que está na esfera deste Conselho. Diante do que foi posto em termos de valores na proposta orçamentária para a sua Secretaria, ele é de opinião de ir até o Ministério do Planejamento solicitar mais verba, até porque, ele vê os limites postos como impedimentos para tocar as atividades dentro do limite das despesas discricionárias, exemplo, passagens e diárias. Dito isto, ele colocou a matéria em destaque em processo de votação. O Sr. Antonio Cortez Morais (Força Sindical) disse que não votaria na Proposta Orçamentária sem antes dialogar com a Bancada dos Trabalhadores, pois nesse momento tomar uma decisão sem uma avaliação pode ser prejudicial. Diante da colocação do conselheiro, o Sr. Presidente deu um tempo de 10 minutos para que as Bancadas integrantes do CNPS tomassem uma decisão. O Sr. Amarildo Saldanha (MP) informou que a Proposta Orçamentária deve ser encaminhada oficialmente até o dia 31 de agosto do corrente ano. Após breve intervalo, o Sr. Presidente disse ter uma proposta para o Conselho, isto é, em função das limitações de prazo, dia 02 de agosto de 2016, este Conselho aprova a matéria e seria elaborada uma Moção a ser encaminhada ao Ministério da Fazenda, colocando as limitações observadas no decorrer do debate. O Sr. Leonardo de Melo Gadelha (INSS) também se manifestou a respeito da sugestão dada pelo Sr. Presidente, ele disse que a Moção seria como se fosse um voto em separado, a proposta seria votada e aprovada e a Moção conteria as ressalvas pertinentes, as quais serão levadas em consideração do Ministério. Novamente com a palavra, o Sr. Antonio Cortez Morais (Força Sindical) foi enfático ao afirmar que faltou um período suficiente para verificar os números; olhar as dificuldades, uma vez que a proposta sairá daqui e irá para o Congresso Nacional sem consenso e, ainda, ele como representante da sua base não pode assumir uma posição sem discutir na cúpula, e a aprovação por parte da Bancada dos Trabalhadores da proposta vai criar dois tipos de dificuldades, ou seja, os membros com as suas respectivas entidades, com a cúpula das entidades, e certamente vai ter alguma dificuldade, porque vai para o Congresso Nacional já com o aval da Bancada dos Trabalhadores integrantes deste Conselho, assim sendo, se a proposta for colocada em votação, a Bancada dos Trabalhadores votará contra. Manifestaram-se

ainda: Antonio Cortez Morais (Força Sindical); Lucio Antonio Bellentani (CSB); Pascoal Carneiro (CTB); Rafael Ernesto Kieckbusch (CNI), o debate abordou os seguintes aspectos: que o assunto deveria ser analisado com antecedência e ser trabalhado com coerência; ter uma semana para análise da proposta junto às respectivas entidades e convocar uma reunião extraordinária para a votação; votação por consenso ou por maioria; remanejar alguns pontos ou algumas sugestões dentro do orçamento; deixar mais destacado a questão do orçamento nos produtos que vão compor o eSocial. Após ouvir as intervenções dos conselheiros, o Sr. Leonardo de Melo Gadelha (INSS) afirmou que o INSS concorda com as ponderações colocadas e a DATAPREV com a sua expertise sempre proverá uma solução. Colocada em votação a “Proposta Orçamentária para 2017 – PLOA2017 - Fundo do Regime Geral – FGRPS, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS”, a mesma foi aprovada com 08 votos favoráveis e 05 votos contrários. Registre-se que a Bancada dos Trabalhadores votou contrariamente a matéria. O Sr. Miguel Salaberry Filho (UGT) discordou da divulgação da proposta se dar apenas no momento da reunião, fato que vem reclamando desde 2015. Ele também defende que, pela relevância que possui, a proposição deveria ser disponibilizada com maior antecedência, razão que motivou a Bancada dos Trabalhadores a solicitar prazo de cinco dias para que fosse alvo de análise e emissão de parecer. Também deixou registrado mais uma vez, a necessidade da recomposição do Conselho, de forma aos conselheiros suplentes terem direito a voz e voto. Aproveitou para denunciar o Diretor de Atendimento do INSS do estado de São Paulo, por descumprir convênio firmado entre o órgão federal e o Sindicato dos Comerciantes da capital paulista, cuja finalidade é receber a documentação própria para o requerimento dos benefícios de aposentadoria. A entidade sindical realiza a triagem dos documentos e encaminha para o INSS a documentação correta. A suspensão do convênio, que já vigorava há cinco anos, provocou sérios prejuízos aos trabalhadores e ao próprio INSS, que não dispõe de servidores suficientes para o atendimento. O Sr. Presidente do INSS disse desconhecer a situação relatada, mas assumiu o compromisso de providenciar a continuidade do convênio.

IV – INFORMES

O Sr. Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT) trouxe como informe a participação dele, da conselheira Andrea Angerami Correa da Silva Gato (SINDNAPI), da Coordenadora de

Diálogo Social – CODIS, Silvana do Socorro Machado Rodrigues e do conselheiro Emanuel de Araújo Dantas (MPS) no Seminário realizado na cidade do Rio de Janeiro, na Gerência-Executiva do Rio de Janeiro – Centro, no dia 14 de julho de 2016.

V – OUTROS ASSUNTOS

Definição da pauta da 230ª Reunião Ordinária a ser realizada em 25/08/2016: a) Apresentação sobre a qualificação cadastral para o eSocial; b) Seguro Acidente de Trabalho.

VI – ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a 229ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS. Para constar, eu, Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPPC) lavrei a presente Ata. Brasília, 28 de Julho de 2016.